

ATA DA 50ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – COEMA/TO

1 Às 14 horas do dia sete de dezembro de 2016 (dois mil e dezesseis),
2 na sala de reunião da SEMARH, reuniu-se, ordinariamente, o COEMA/TO.
3 (Conselho de Meio Ambiente do Tocantins) **A Presidente Meire Carreira**, após
4 a verificação de quórum, declarou aberta a 50ª Reunião Ordinária, agradeceu a
5 presença do secretário Alexandre Cássio, leu a pauta do dia, agradeceu a
6 presença do Vice Presidente do NATURATINS Édson Cabral e concedeu-lhe a
7 palavra. O mesmo fazendo uso da oportunidade, destacou a extensa pauta a
8 ser debatida, saudou a superintendente Luana Barbosa vinda de Araguaína e
9 referiu que a mesma foi a responsável por identificar a necessidade do ajuste
10 da portaria em pauta; De posse da palavra novamente a presidente do
11 conselho Luzimeire Carreira, apresentou a ata da reunião anterior e pediu que
12 manifestassem caso houvesse modificações, ou que não havendo a mesma
13 fosse aprovada. Sem emendas ou observações a mesma fora aprovada pela
14 assembleia presente. A presidente ainda de posse da palavra deu as boas
15 vindas ao Sub-Secretário Fábio Lélis, concedendo em ato contínuo a palavra
16 ao secretário Executivo Rubens Brito, antes que o secretário falasse, foi
17 solicitado inversão de pauta pelo Secretário Alexandro as Silva Castro,
18 considerando a necessidade de se retirar do plenário por conflitos de horários
19 com outros compromissos, a Secretária submeteu a solicitação ao plenário que
20 aprovou a inversão por maioria, dando assim a palavra ao secretário
21 imediatamente. Fazendo uso da palavra, o secretário falou da importância de
22 interagir de forma ampla, propondo colaborar nos debates para melhoramento
23 das políticas que permitem a criação de peixes em Tanques Redes, inclusive
24 de peixes exóticos, relatou os trabalhos que vem sendo desenvolvido para
25 gerar renda e destacou a procura por parte de pescadores que de forma física
26 ou jurídica vem pleitear a execução dos modelos debatidos. Explanou a
27 importância de se criar a Tilápia pela sua condição favorável de crescimento e
28 engorda, além de ter boa saída, frisando, que o Tocantins foi eleito pela
29 EMBRAPA para instalação do centro nacional de piscicultura, no ensejo,
30 discorreu também sobre a logística necessária para distribuição e venda.
31 Relatou a necessidade de rever a resolução 027, o Art. 14, alertando que o
32 CONAMA tem resoluções mais avançadas editadas em 2013 que permitem
33 avançar revendo as regras proibitivas da resolução citada, considerando que
34 há possibilidade de conciliar atividades produtivas e o desenvolvimento
35 sustentável. A palavra voltou para a presidente Luzimeire que concordou com
36 as exposições que antecederam e falou reconhecer a necessidade de
37 submeter ao plenário para aprovação ou não, tendo feito, foi aprovado pela
38 maioria; Em seguida o Vice presidente Cabral fez uma intervenção solicitando
39 que a câmara Técnica possa se reunir o quanto antes, sob a visão de que o
40 tema tem certa urgência. Incontinenti a palavra foi devolvida a presidente que
41 concedeu ao secretário executivo Rubens, que passou a explanar sobre o
42 calendário das reuniões e pediu que os conselheiros se manifestassem pela
43 aprovação ou não, sendo aprovado o calendário e em seguida a ata da última
44 reunião também foi aprovada pela maioria. O secretário Rubens colocou para
45 apreciação e votação a redação denominada pacificada sobre dois pontos da
46 lei que tratam sobre o Capim dourado questionados pela FUNAI; Após a leitura
47 da nova redação, houve intervenção do, Antônio Carlos representante da

48 IDAHRA/AMEAMA que solicitou informação se a comunidade Quilombola fora
 49 inquirida sobre a prevalência da comunidade indígena, foi esclarecido que a
 50 Comunidade Mumbuca tinha conhecimento e que a FUNAI é que ainda no
 51 tinha conhecimento, na oportunidade o Secretário Executivo explicou que a
 52 FUNAI ainda não faz parte da plenária do Conselho e relatou que o
 53 representante que devia estar na plenária por motivo desconhecido não se fez
 54 presente. Após passou-se a palavra ao Zagalo, do Jurídico e no uso da palavra
 55 sugeriu encaminhamento de uma minuta a FUNAI para análise da mesma,
 56 Rubens disse que no momento é necessário aprovar a minuta, e na
 57 oportunidade pediu a Srewe da Mata se apresentasse, o mesmo o fez e
 58 solicitou cautela na aprovação da minuta a evitar conflito entre as comunidades
 59 Quilombolas e Indígenas, em seguida, identificou-se o representante da
 60 FUNAI, João Batista, representando o Meio Ambiente da FUNAI. Rubens fez
 61 um resumo da pauta em debate considerando que os conselheiros em tela não
 62 estavam presentes no momento do debate, abrindo-lhes a oportunidade de
 63 propor mudanças. Em seguida o secretário Rubens, colocou em votação a
 64 redação debatida e a mesma foi aprovada por unanimidade. Na oportunidade
 65 Idiane Abreu, que representa a Secretaria da Fazenda solicitou a palavra e
 66 aludiu que o Buriti não fica no item discutido, porque não trata de inovação do
 67 Buruti o que foi contraposto pelo secretário, explicando que a lei é geral, e que
 68 em caso dela ser específica ficaria fechada, e que o caso já havia se
 69 consolidado no texto anterior, devia permanecer como está, seguidamente
 70 após alguns debates e sugestões, inclusive com relatos de que a técnica é dos
 71 indígenas, e a inovação era de Mumbuca, confirmando o texto originalmente
 72 previamente aprovado. Rubens coloca novo texto para aprovação, discorrendo
 73 sobre o principio do reconhecimento do Artesanato, e a FUNAI solicitou a
 74 supressão ou modificação, subordinado a soberania do conselho, foi decidido
 75 que o texto deve ser mantido, por retratar a origem tocantinense do artesanato
 76 em pauta. Passando a pauta seguinte, o secretário Rubens, passou a palavra
 77 ao vice Edson Cabral, que passou a um representante do NATURATINS para
 78 fazer uma apresentação sobre dados de interesse do Conselho, enfatizando
 79 que houve queda na receita do órgão, dificultando algumas ações, mas
 80 ressalta que, ainda assim o órgão conseguiu eliminar dívidas advindas do
 81 exercício anterior; Foi explicitado também que a greve gerou prejuízo na
 82 arrecadação pela ausência dos profissionais concursados, únicos com
 83 legalidade para promover fiscalização e autuação, não obstante relata-se que
 84 as ações desenvolvidas com eficiência de gestão suprimam a defasagem
 85 financeira. Foi salientado que o NATURATINS conseguiu mesmo com as
 86 dificuldades, realizar um trabalho altamente produtivo na área dos Recursos
 87 Hídricos. Salienta-se sobre o PPA que foi aprovado em moldes idênticos ao de
 88 2016, se espera uma regularização nos moldes legais para a disponibilização
 89 dos recursos que ficam contingenciados na SEFAZ, dificultando a utilização
 90 dos recursos. De volta ao uso da palavra, Rubens abre a vocábulo para
 91 eventuais considerações sobre a apresentação, além de mencionar que deverá
 92 fazer um relatório e uma perspectiva de aplicação de receitas para 2017, o que
 93 deve ser feito na plenária do conselho no mês de março, com a possibilidade
 94 de o NATURATINS apresentar uma proposta de aplicação dos recursos. Na
 95 oportunidade, Edson Cabral lembrou que, a situação econômica do país e
 96 estado, provoca mais demandas por licença e autorizações, por estar
 97 vinculadas a investimentos. Rubens de volta com a palavra, registra que faltou
 98 a apresentação de um balanço de ações do Plano de Recursos para 2017, mas

99 que será feito na reunião de março, solicitando que sejam enviadas as
100 informações aos Ministérios Públicos, Estadual e Federal, pedindo providencias
101 para que sejam relatados os feitos, se necessário ainda que em reunião
102 extraordinária uma apresentação detalhada de proposta de investimento para
103 2017, Cabral mencionou que a situação econômica do País provoca mais
104 demandas, por licenças e autorizações porque esta ligada a investimento, e
105 citou que esta trabalhando para não haver mais demora na liberação de
106 recursos que ficam contingenciados, e reconhece que o COEMA não
107 funcionaria sem a participação do direta do Estado, bem como, este ano não
108 houve repasse de recursos da fonte 00 (zero zero). Em seguida Rubens
109 passou a palavra a Cristiane da SEMARH, e no uso da palavra passou a
110 explicar sobre a reserva da Biosfera do Cerrado, é prevista no sistema nacional
111 de proteção, relatando que a mesma tem sua gestão regulamenta pelo Decreto
112 4340, nos estados do Tocantins, Piauí, Maranhão, Goiás e Distrito Federal, o
113 decreto mencionado, alude à necessidade de um conselho nacional e quando a
114 reserva da Biosfera do Cerrado está em mais de um estado, um comitê em
115 cada estado, sendo que hoje só existe formação em Brasília, para cuidar da
116 Reserva da Biosfera, a Reserva existe desde 2001, e o Estado do Tocantins foi
117 inserido em 2004, mas até hoje só existe no papel, e que esta agenda está
118 sendo retomada pelo novo ministro. Salienta que o Ministério do Meio
119 Ambiente solicitou a indicação de 3 (três) membros, para compor o conselho do
120 Estado do Tocantins, que são: Comunidade científica, entidades ambientalistas
121 da sociedade civil e setor privado. Solicitou a manifestação da 50ª assembleia
122 do COEMA para a indicação dos nomes, considerando que já foi pedido tempo
123 para que se aguardasse até a data da referida assembleia para que fosse
124 subordinada a decisão da mesma. Antônio Carlos Galacho, representando
125 ONGs da Sociedade Civil, promoveu seu nome para participar do Conselho
126 Nacional, No caso da comunidade científica, a Adriane representando o IFTO,
127 pediu prazo para indicação de um nome ligado a área até a sexta feira
128 seguinte, já o setor privado, através do representante da FAET, solicitou prazo
129 até a próxima sexta, ficando assim convencionado passou ao próximo item da
130 pauta. Rubens lembrou que o pedido de envio do projeto de utilização de
131 tanques redes para criação de Tilápia, será enviado para a Câmara Técnica de
132 Licenciamento Ambiental, que fará plano de trabalho para tratar deste assunto.
133 Menciona que haverá indicação de convidados de dentro do Estado ou não
134 atendendo um plano de trabalho, enquanto que a participação será aberta aos
135 interessados e a quem for qualificado tecnicamente e for convidado para
136 debater o tema com o escopo de exaurir o assunto. Rubens cita que o assunto
137 foi suscitado pela SEDEN, sugeriu que seja convidado um especialista que
138 interessar para o debate a fim de trazer subsídios que encaminhe para
139 elaboração de uma minuta, ou aprovação suplementar do texto da **Resolução**
140 **27 do COEMA**. Houve dúvida se a deliberação na Câmara Técnica seria
141 estritamente para o tanque rede, prontamente esclarecido que outros métodos
142 não há restrições. Foi solicitado um calendário de atividades para o próximo
143 ano, o que de pronto foi esclarecido pelo secretário Rubens que os membros
144 da câmara estão no período válido de seus pleitos, e que já esta sendo
145 preparada uma agenda que contempla as necessidades da Câmara no ano
146 que se aproxima. Rubens apresentou um ofício recebido da ENERTINS, no
147 qual consta solicitação de redação da resolução COEMA nº 53 (Reposição
148 Florestal) a resolução sofreu mudanças significativas e foi esclarecido que
149 qualquer entidade de áreas afins pode solicitar, e ou sugerir modificação do

150 texto, que será submetido à apreciação. Rubens procedeu com à leitura de
 151 parecer técnico prévio sobre a modificação da resolução em epígrafe, e
 152 esclareceu que já aprovado pelo COEMA, o texto será submetido à Câmara
 153 Técnica de Floresta. O CREA representado pelo Rodrigo Martins Ribeiro,
 154 solicitou ao COEMA para emitir recomendação a NATURATINS, solicitando
 155 que seja exigido por parte do órgão, aos pleiteantes de licenças instalação e
 156 operação além das ARTs de estudo, seja também cobrado uma ART. de
 157 monitoramento das medidas propostas nos estudos. Explicou que a medida
 158 satisfaz legislação federal do profissional CREA/CONFEA e garante a
 159 efetividade da execução das ações, esclareceu que vai gerar ônus para o
 160 empreendedor, mas entende a necessidade de condicionar a licença, e propõe
 161 que o empreendedor tenha tempo hábil para se adequar, contratando um
 162 profissional qualificado para suprimento da exigência, pois é fundamental um
 163 responsável técnico na fase de instalação e durante a fase de operação do
 164 empreendimento, ressalta que o NATURATINS já vem exigindo há algum
 165 tempo uma declaração do empreendedor que ele tem ciência das ações
 166 descritas nos estudos ambientais, mas a efetividade só se acredita que seria
 167 feita com a contratação de um profissional qualificado para monitorar as ações.
 168 O Secretário Rubens de volta ao uso da palavra, registrou que seu
 169 entendimento caminha no sentido de reconhecer a preocupação do CREA com
 170 a regulamentação de todas as etapas, desde o processo de licenciamento até
 171 a fase de operação, com a preocupação de ter a responsabilidade do
 172 profissional técnico registrado no CREA, para garantir a sustentabilidade, e a
 173 segurança jurídica por parte do NATURATINS e também do empreendimento,
 174 diante do que surge uma proposta de recomendação, mesmo sem uma
 175 redação preparada, encaminha-se então que o CREA elabore uma minuta
 176 previamente para subordiná-la a próxima reunião do conselho. Cabral em
 177 seguida fez uso da palavra INFORMANDO que, faz parte do planejamento,
 178 reunião com os consultores que dão entrada aos documentos do
 179 NATURATINS sugerindo uma reunião entre NATURATINS e CREA para tratar
 180 deste assunto, e caso seja necessário, alterar alguma documentação, qualquer
 181 exigência lá dentro, e na primeira reunião de março já trazer as sugestões de
 182 como serão feitas em termo de execução operacional pelo NATURATINS,
 183 ratificou que as ARTs considerando que pode acontecer alguma coisa fora do
 184 que foi licenciado, é preciso ter os técnicos, encaminhando uma reunião em
 185 Janeiro, para operacionalizar o que for necessário atendendo as solicitações
 186 dos mesmos. Carlos Soares da FAET, manifesta pedindo aprofundamento
 187 sobre a propositura de exigir um profissional durante a execução dos projetos
 188 por considerar mais um peso para o empreendedor. Foi contraposto o
 189 raciocínio, expondo que o NATURATINS não tem responsabilidade de
 190 acompanhar a execução da obra, a autorização é apenas para dizer que as
 191 formalidades até ali estão preenchidas e que a obra pode ser executada, não
 192 obstante, o empreendedor terá que atender aos ditames da lei até que ela
 193 esteja totalmente concluída. Dando ao órgão uma condição de relacionar
 194 tecnicamente com o empreendedor, Cabral volta a solicitar que a reunião
 195 técnica aconteça em janeiro para se discutir mais a miúdo o assunto em pauta,
 196 a fim de apresentar algo mais próximo da realidade na reunião do COEMA.
 197 Rubens de volta a palavra menciona a instrução normativa do NATURATINS
 198 de número (06)seis de 28 de setembro de 2016, relata que havendo a
 199 provocação por parte do CREA como de fato o fez, e com a normativa que é de
 200 competência do NATURATINS, e fala sobre dois caminhos, sendo 1, via

201 COEMA, considerando uma IN do NATURATINS, 2, buscar o caminho de
 202 resolver dentro do próprio NATURATINS, ou que o CREA apresente uma
 203 minuta na próxima reunião para operacionalizar, a presidente do conselho
 204 concorda que é necessário avançar em busca de um ajuste, enquanto Rubens
 205 pondera que esta situação é mais procedimental do NATURATINS que deve
 206 resolver as situações juntos aos empreendedores. Ultimo item da pauta, é a
 207 proposta de alteração de reforma da COEMA 72 -2016 por solicitação do
 208 NATURATINS, que cuja argumentação foi facultada a Edson Cabral, o qual
 209 parafraseou que a descentralização foi aprovada para as prefeituras e numa
 210 auditoria de rotina foi identificado que esta nova resolução precisa passar por
 211 alguns ajustes específicos, e que a descoberta conta com os méritos da Luana
 212 Barbosa, superintendente do Meio Ambiente da prefeitura de Araguaína que
 213 tem um documento aditivado até 21/12/2016 é cogente que se faça uma
 214 mudança no texto, mas, maior parte no anexo, aprovar a mudança, para
 215 assinar instrumento jurídico, para que não tenha nenhuma condição de
 216 descontinuidade no processo de descentralização que é feito em Araguaína.
 217 Cabral sugere que Larissa relate o que passou a fazer, explicando que quando
 218 a resolução fora publicada, se verificou que havia algumas coisas que tinham
 219 que ser ajustadas, e passou a falar de propositura de caráter emergencial, que
 220 narra duas alterações, sendo uma, a do anexo que consta algumas atividades
 221 que poderia ser descentralizadas para prefeituras, mas que não foram
 222 contempladas no anexo, e que podem ser listadas, e a segunda, foi feita pela
 223 equipe do João, ressalta, que foi referente ao sistema, de como as prefeituras
 224 vão passar as informações, para o NATURATINS, da forma que foi colocado,
 225 percebeu-se que não seria possível executar, oportunidade repassada para
 226 João Ricardo do NATURATINS, para explicar as mudanças propostas, o que
 227 passou a explicar que em conversa com a Larissa, tiveram o entendimento em
 228 análise do texto em discussão que o NATURATINS tinha o dever de
 229 implementar o sistema, que a princípio receberia as informações dos
 230 Municípios e as repassaria para nível federal. Ficou estabelecido um prazo
 231 para construir o sistema, descartando os existentes, não obstante o prazo já
 232 estava se exaurindo e não havia medidas que materializasse o cumprimento da
 233 obrigação efetivamente, percebeu-se então que não era possível a contratação
 234 dos serviços no prazo restante, e pressionado pelas condicionantes, para
 235 elaboração do referido sistema, forçando assim a alteração textual para deixar
 236 mais cristalino para os técnicos que vão desenvolver o sistema, quais
 237 informações deverão receber e repassar, diante do que, se elaborou um texto,
 238 colocando como um sistema de banco de dados, ao invés de um sistema
 239 informatizado, facilitando a operacionalização que poderá a princípio ser feito
 240 por meio de planilhas, e a posteriori quando se desenvolver um sistema de
 241 gestão eletrônico que viabilize a informatização, o será feito. Mas que a priori já
 242 se possa atender a demanda nos moldes proposto. De posse da palavra,
 243 Luana Barbosa da prefeitura de Araguaína, passou a falar do anexo,
 244 mencionou que ao observar que algumas particularidades do Município de
 245 Araguaína não tinham sido contempladas desde a COEMA 07, citando:
 246 Extração Mineral, areia, argila, hospitais, pavimentação em vias urbanas,
 247 estação de tratamento de esgoto como exemplos. Explica que a
 248 descentralização é para facilitar a parceria com o NATURATINS, e para tanto
 249 vem trabalhando há dois anos, razão que levou a solicitação de mudança
 250 contemplando inclusive o porte limite que havia dificuldade de compreensão,
 251 considerando que se trabalha com tamanho e limite a termos literais,

[Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin, including names like Edson Cabral, Larissa, and others.]

[Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page, including names like Edson Cabral, Larissa, and others.]

252 considerando que em Araguaína se licencia em tamanhos pequenos e médio
 253 porte. Cabral sem seguida esclarece que a mudança é de caráter
 254 complementativo, trata-se de uma adequação que alcança todos os Municípios,
 255 mas em Especial o Município de Araguaína, alude que não há mudança de
 256 conteúdo, e sim para deixar mais claro e evitar dificuldades na hora de fazer a
 257 análise técnica e não ter a questão do prazo que estava em cima, não
 258 havendo, portanto alteração em relação à descentralização. Wallace fala da
 259 necessidade da renovação da COEMA 07 e cita que já foi aprovada pela
 260 câmara, já foi estudada, discutida, e abordou que os problemas em tela
 261 constituem parte de um problema que já fora resolvido pelo COEMA, em
 262 reunião com o pessoal da SEDEM solicitou que as decisões sejam tomadas
 263 com vistas a renovação promovida na COEMA 07 que contempla todas as
 264 modalidades de atividades, nos âmbitos: Estadual e Municipal, solicitando
 265 assim o registro em ata. A presidente do COEMA ponderou sobre sua vinda
 266 para a SEMARH, e que ao chegar, foi informada que a COEMA 07 já havia
 267 sido discutida a contento e que estava pronta para ser apresentada a câmara
 268 técnica para aprovação. Informa que no início de 2015, foi amplamente
 269 discutido a nível nacional no âmbito do CONAMA, a respeito das: 01 e 237,
 270 registra que acredita que o IBAMA esta acompanhado isto, pois faz parte do
 271 CONAMA também, refere que as duas resoluções em figura, são a mãe ou
 272 matriz de todos licenciamentos, as OEMAS dos Estados se reuniram e no
 273 âmbito da ABEMA que é a associação das OEMAS, fazer uma discussão com
 274 a intenção de propor uma minuta, de resolução para o CONAMA, o que foi
 275 discutido amplamente, no âmbito da ABEMA durante todo o ano de 2015, nas
 276 regiões norte nordeste e outras, chegando a uma proposta que foi enviada ao
 277 Ministério do Meio Ambiente, com o escopo de repassar ao CONAMA, a esta
 278 altura, já no ano de 2016, ocorreu uma mudança do Governo Federal, que
 279 consequentemente promoveu mudanças no Ministério do Meio Ambiente, e
 280 este propôs não uma revisão das duas resoluções do CONAMA, mas de uma
 281 lei do licenciamento ambiental, a presidente diz acreditar que muitos estejam
 282 acompanhando para fazer frente a diversos projetos de leis que tratam de
 283 licenciamentos ambientais, e ressalta que, alguns são bem polêmicos. No
 284 âmbito do CONAMA caiu como balde de água fria para as OEMAS, POIS JÁ
 285 ESTAVA LA PARA SER ENCAMINHADA, MAS COM A DECISÃO DO
 286 Ministério do Meio Ambiente de ter uma Lei e não uma resolução ficou em
 287 Stand by, isto serviu como preparação para chegar na resolução 07, ressalta
 288 que deve ter um encaminhamento que atenda a situação estadual de que, ou
 289 se segue a referida resolução que é baseada numa proposta para o Tocantins,
 290 ou conclui o que está em andamento, que não se coaduna amplamente a atual
 291 propositura nacional sobre a lei de licenciamento ambiental, ou se engaveta e
 292 espera o que vai acontecer no âmbito nacional para revisar conectado a visão
 293 que há de se propor. Cabral solicita a apresentação da redação antiga e a
 294 proposta atual. Na apresentação são colocadas as mudanças promovidas no
 295 Art.14, que tratava da criação do sistema e que não trata do sistema de gestão
 296 de licenciamento do órgão, que por sinal se confundia com o sistema SIGA, por
 297 isto foi realizada uma mudança na nomenclatura, para ficar cristalino que este
 298 é o sistema do licenciamento ambiental, e não o sistema ambiental do
 299 NATURATINS, e salienta que o Art. 15, que tratava especialmente do prazo,
 300 ressalta que permanece a obrigação dos municípios repassarem informações
 301 ao NATURATINS dentro do estruturado nesse sistema de gestão de
 302 licenciamento, e com esta alteração se exclui a exigência dos 120 dias para, se

[Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin, including names like Wallace, Cabral, and others.]

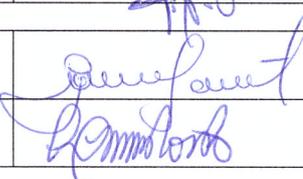
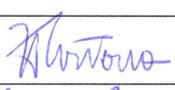
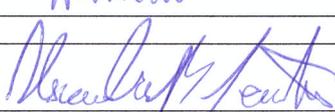
[Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page.]

303 criar. Enquanto que o sistema que não é o informatizado fica criado
304 automaticamente com a modificação e aprovação da nova redação, que cujo
305 conteúdo permanece praticamente inalterado. Verificam-se nos anexos as
306 alterações dos símbolos e definição do numero limite, incluindo os itens
307 demandados pelo Município de Araguaína. Edson Cabral esclarece que caso
308 as mudanças sejam aprovadas, a portaria será republicada constando a
309 alteração da redação. Rubens afirma que as colocações do Wallace são
310 estrategicamente pertinentes como ele já colocou para que não haja nenhum
311 tipo de conflito, com o debate que estava ocorrendo a nível nacional, decidiu-se
312 deixar em Stand By a discussão da COEMA 07e não justifica mais deixar ao
313 lado este processo, e ressalta que o maior interessado no processo é o
314 NATURATINS, e percebe-se no caso dos municípios que estão se lançando na
315 questão do licenciamento ambiental, há incentivo para que isto aconteça de
316 fato, observados os cuidados legais, ressalta que não é qualquer município que
317 está habilitado para exercer o papel de licenciador o que se dá pelo simples
318 fato de não dispor de qualificação técnica para análise com critérios de
319 segurança das solicitações. Rubens ressalta que no entendimento da mesa é o
320 de que não se pode mais esperar em face de necessidade prementes, salienta
321 ainda que a Câmara Técnica já aprovou a reforma, dispensando o reenvio
322 para apreciação, entende que o ano já esta finalizando mas relata a
323 necessidade de retomar a discussão da COEMA 07 assim que o ano de 2017
324 entrar, para evitar que haja colagens e que pode até se alterar limites e cita
325 que deve-se resolver o caso de Araguaína e partir para a definitiva, pois de fato
326 a resolução precisa ser revista, foi dito ainda que o interesse da retificação da
327 resolução não é só dos órgãos ambientais, é também dos produtores, e
328 empreendedores. Em seguida, o Secretário Executivo Rubens Brito pediu
329 conferencia de quórum e tendo comprovado a existência do mesmo, submeteu
330 a aprovação das mudanças da COEMA Resolução 72 (setenta e dois) de 2016
331 (dois mil e dezesseis). Ressaltando que as alterações foram conhecidas dos
332 conselheiros antecipadamente e debatidas o suficiente para submetê-la a
333 votação, o que sendo feito, foi aprovada pela maioria. Rubens agradeceu aos
334 presentes pelo o esforço conjunto para que se obtivesse o resultado a que
335 chegou, contemplando demandas que vem da sociedade, e por isto de grande
336 relevância por tratar do artesanato, da economia, ressaltando que a aprovação
337 da política do Capim Dourado trouxe satisfação aos anseios de uma
338 comunidade de importância significativa para o Tocantins, na economia, na
339 questão ambiental, na sociedade, na confecção do artesanato, lembrando que
340 em 2016 a secretaria executiva conseguiu colocar diferentes protagonistas na
341 mesma mesa, os levou a debater e chegou a resultados que enaltecem o
342 estado do Tocantins aprovando uma resolução que tem a semelhança de
343 projeto de Lei, por este espírito de cidadania que reside nas decisões do
344 COEMA. Valorou as políticas que tratam exclusivamente de políticas do uso
345 sustentável do Capim dourado e do Buriti, peças estratégicas para a economia
346 tocantinense bem como das políticas de subsistência das comunidades
347 tradicionais indígenas, e relata a sua realização pessoal, de trazer a discussão
348 assuntos que a Secretaria poderia fazer por ofício, mas tem se feito
349 democraticamente ouvindo e respeitando as opiniões, sugestões e críticas, na
350 busca de construir o melhor para o Tocantins. No ensejo, o secretário felicitou a
351 todos boas festas de final de ano, e sob os aplausos dos presentes foi
352 sucedido pelo Edson Cabral que conclamou aos presentes para empregar
353 esforços na busca da execução das pautas em 2017 que vão redundar em

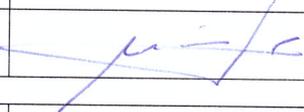
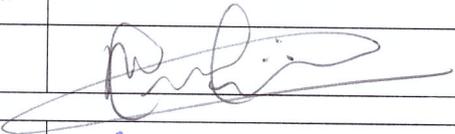
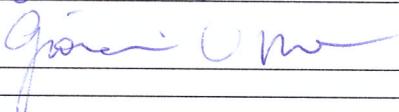
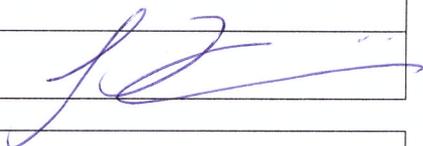
354 relevantes resultados para a comunidade Tocantinense como um todo. Para
 355 terminar, a presidente Meire fez uma sinopse da reunião, e reconheceu os
 356 avanços na execução dos trabalhos do COEMA bem como a importância de
 357 tudo que fora tratado nas reuniões ao longo do ano para economia, o Meio
 358 Ambiente, a comunidade e declarou sob aplausos o término da quinquagésima
 359 COEMA.


Luzimeire Carreira
 Presidente

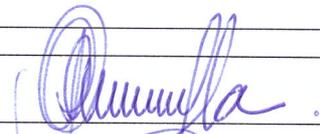
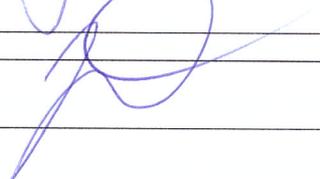
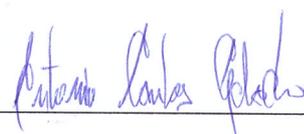

Rubens Pereira Brito
 Secretário Executivo

Instituição	Nome	Assinatura
Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH	Luzimeire Carrerra	
	Rubens Pereira Brito	
Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS	Hebert Brito Barros	
	Edson Cabral de Oliveira	
Associação Tocantinense de Municípios - ATM	Ângelo Marzola Júnior	
	Pref. Joaquim Maia Leite Neto	
Secret. do Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária - SEAGRO	João Gomes Barbosa	
	Thiago Fontolan Tardivo	
Secret.da Educação, Juventude e Esportes - SEDUC	Eliene Gomes dos Santos	
	Lucianara Montelo Maranhão Monteiro	
Secret.do Desenvolvimento Econômico, Ciência Tecnol., Turismo e Cultura - SEDEN	Alexandro da Silva Castro	
	Virgílio de Alencar Santana	
Secretaria da Infraestrutura e Serviços Públicos - SEINF	Alexandre Barreto Almeida dos Santos	
	Ademir Júnior Filho	
Secretaria do Planejamento e Orçamento - SEPLAN	Rodrigo Sabino Teixeira Borges	
	Paulo Augusto Barros de Sousa	
Secretaria da Saúde - SESAU	Adriane Feitosa Valadares	

50ª RO/COEMA/07-12-16

	Ana Emília Pires de Araújo Silveira	
Procuradoria - Geral do Estado - PGE	Ana Flávia Ferreira Cavalcante	
	Márcio Junho Pires Câmara	
Polícia Militar do Estado do Tocantins - PM TO	Ten. Cel. Sólis Araújo Souza	
	Cap. Marcus Vinícius Coelho Carmo	
Secretaria da Fazenda - SEFAZ	Idiane Abreu Cabral	
	Carlla Soares de França	
Ministério Público Estadual - MPE	Bruno Machado Carneiro	
	Marcos Antônio Oster	
Comissão de Saúde e Meio Ambiente da AL do Estado do Tocantins	Dep. Valdevez Castelo Branco Martins	
	Dep. Olintho Garcia de Oliveira Neto	
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais - IBAMA	Lucas Santos Costa	
	Wallace Rafael Rocha Lopes	
IFTO Embrapa Pesca e Aquicultura	Adriana Soraya Alexandria Monteiro	
	Giovanni Vitti Moro	
Comunidade Indígena	Srewe da Mata de Brito	
	Ivan Luiz Guarany <i>Silva</i>	
Odebrecht Ambiental	Antônio Rodrigues da Silva Neto	
	Jéssica Lopes Cuevas	
Federação da Agricultura do Estado do Tocantins - FAET	Carlos Ribeiro Soares	
	José Carlos Senhorini	
Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins - FETAET	Mariane Xavier dos Santos	
	Antônio Batista de Sá	

50ª RO/COEMA/07-12-16

Federação das Indústrias do Estado do Tocantins - FIETO	Carlos Wagno Maciel Milhomem	
	José Roberto Fernandes	
Federação das Associações Comerciais e Industriais do Tocantins - FACIET	Marcella Gonçalves do Vale	
	Célio Nogueira do Nascimento	
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Tocantins - CREA-TO	Rodrigo Martins Ribeiro	
	Geraldo Moura de Oliveira Júnior	
IDAHRA AMEAMA	Fernando Afonso Nunes Filho	
	Antônio Carlos Galacho	

INSTITUIÇÕES AUSENTES:

Associação Tocantinense dos Municípios – ATM;
Comissão de saúde e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins
Procuradoria Geral do Estado – PGE;
Federação das Indústrias do Estado do Tocantins – FIETO – sem indicação;
Federação das Associações Comerciais e Indústrias do Tocantins – FACIET;
Federação dos trabalhadores na agricultura no estado do Tocantins - FETAET